

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.003 - RS (2019/0258066-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : CLEITON DOS SANTOS RODRIGUES
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local que deu parcial provimento ao recurso em sentido estrito da defesa para afastar da pronúncia a qualificadora do inc. II do § 2º do art. 121 do Código Penal.

CLEITON DOS SANTOS RODRIGUES foi denunciado como incurso, em tese, nas penas do art. 121, § 2º, II e IV, c/c o art. 14, II, do Código Penal.

Segundo a acusação, o denunciado tentou matar Claudionor Douglas de Lima, mediante disparos de arma de fogo, por motivo fútil consistente em desentendimentos anteriores com o ofendido e mediante recurso que dificultou e impossibilitou a defesa da vítima, não tendo logrado êxito na escalada criminosa por circunstâncias alheias à sua vontade (e-STJ fls. 1-3).

Sobreveio decisão que pronunciou o réu nos exatos termos da denúncia (e-STJ fls. 260-265).

Em grau de apelação, o Tribunal de origem acolheu parcialmente a pretensão recursal da defesa para excluir da pronúncia a imputação da qualificadora do motivo fútil (e-STJ fls. 312-322).

Nas razões do recurso especial, o Ministério Público estadual reputa contrariado o art. 121, § 2º, II, do CP, e os arts. 74, § 1º, e 413, *caput*, do Código de Processo Penal (e-STJ fls. 330-337).

Sustenta, em primeira síntese, que do acórdão recorrido é possível extrair a existência de prova suficiente do desentendimento prévio entre o recorrido e a vítima. Defende, então, que a decisão sobre a influência da desavença anterior sobre o fato delitivo e se o fato constituiu motivo fútil para a tentativa de homicídio qualificado compete exclusivamente ao tribunal do júri, afigurando-se desnecessária a exigência de descrição pormenorizada do entrevero na peça acusatória.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 344-349), após o juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fls. 351-364), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso (e-STJ fls. 376-385).

É o relatório.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

A pretensão merece acolhida.

O Ministério Público estadual narrou na denúncia que recorrido "*cometeu o crime por motivo fútil, decorrente de desentendimentos anteriores que possuía com a*

vítima, o que é totalmente desproporcional à conduta de ceifar a vida humana" (e-STJ fl. 2).

O Juízo da pronúncia, por sua vez, decidiu submeter o conhecimento da qualificadora ao conselho de sentença por entender que (e-STJ fl. 264):

No que tange às qualificadoras, registro inicialmente que o motivo fútil apontado na denúncia encontra fundamento fático nos depoimentos do acusado e de sua esposa, os quais dão conta da existência de desavença anterior entre o primeiro e o ofendido, na qual este teria lhe cortado com uma faca durante um baile. Com efeito, não se pode conceber que alguém pretenda ceifar a vida alheia em virtude de discussão deflagrada por razão que o próprio denunciado não sabe apontar. Assim sendo, resta mantida a acusação acompanhada da qualificadora em referência. (Original sem destaques)

No julgamento do recurso em sentido estrito, o Tribunal de origem excluiu a circunstância da apreciação do tribunal do júri pelas seguintes razões (e-STJ fl. 321):

No que tange às qualificadoras, consigno (sic) haver adequação típica entre a conduta imputada a Cleiton - prática homicida decorrente de desentendimentos anteriores que possuía com a vítima e valendo-se de elemento surpresa, retirando oportunidade de defesa do ofendido - e as hipóteses do art. 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal.

Entretanto, a qualificadora de motivação fútil não encontra respaldo na prova dos autos. Isso porque, embora existente vertente probatória a indicar a existência de prévia desavença entre os envolvidos no fato, a vítima, quando ouvida em juízo, declarou sequer conhecer o acusado. Desse modo, tenho por bem não admitir a inclusão de qualificadora como uma cláusula aberta, sobretudo na ausência de descrição acerca do teor das desavenças havidas entre réu e vítima. (Original sem destaques)

A leitura dos excertos transcritos acima permite aferir a existência de dúvida quanto à ocorrência de desentendimento anterior ou não entre o réu e a vítima. Com efeito, o próprio Tribunal de origem afirmou haver nos autos elementos de prova acerca da desavença prévia e, também, a declaração do ofendido, de que nem sequer conhecia seu agressor.

Prevalece nesta Corte Superior, porém, que a exclusão de qualificadoras da pronúncia somente pode ocorrer quando forem manifestamente improcedentes, sob pena de usurpação da competência do tribunal popular, juiz natural para julgar os crimes dolosos

contra a vida.

Com efeito, consta da denúncia que o acusado, tempos antes, havia se desentendido com a vítima e que este seria o motivo da tentativa de homicídio.

O Juízo de primeiro grau, assim como o Tribunal de origem, mencionaram que durante a instrução do *judicium accusationis* surgiram elementos que amparam, ao menos em tese, os termos da acusação.

Na doutrina, o motivo fútil é descrito como aquela flagrantemente desproporcional ao resultado produzido, que merece ser verificado sempre no caso concreto. Mata-se futilmente quando a razão pela qual o agente elimina outro ser humano é insignificante.

In casu, a conduta descrita na denúncia e confirmada na decisão de pronúncia apresenta-se suficiente para determinar que o conselho de sentença se manifeste a respeito da caracterização ou não acerca da qualificadora de que trata do art. 121, § 2º, II, do Código Penal, impedindo, nesta fase, seu afastamento.

A propósito:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. ART. 121, § 2º, II E III, NA FORMA DO ART. 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL - CP. PRONÚNCIA. IN DUBIO PRO SOCIETATE. 1) LEGÍTIMA DEFESA. RECONHECIMENTO QUE ESBARRA NO ÓBICE DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, CONFORME SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. 2) MOTIVO FÚTIL. PRÉVIO DESENTENDIMENTO, POR SI SÓ, NÃO AFASTA A QUALIFICADORA. 2.1) AFASTAMENTO DE QUALIFICADORAS NÃO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTES. ÓBICE DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, CONFORME SÚMULA N. 7 DO STJ. 3) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Para se afastar a conclusão do Tribunal de origem a respeito da pertinência da sentença de pronúncia, seria necessário o reexame fático-probatório, providência vedada pela Súmula n. 7 do STJ, ante a falta de demonstração cabal da ocorrência de legítima defesa.

2. Conforme precedentes, a qualificadora do motivo fútil não deve ser excluída da pronúncia apenas porque houve prévio desentendimento entre as partes, competindo ao Conselho de Sentença a análise da situação.

2.1. Tendo o Tribunal de origem concluído que as qualificadoras não são manifestamente improcedentes, acolher o pleito de exclusão das qualificadoras na sentença de pronúncia esbarra no óbice do revolvimento fático-probatório, conforme Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1383395/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 22/10/2019)

Igualmente:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL E PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MOTIVO FÚTIL. EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A exclusão de qualificadora constante na pronúncia somente pode ocorrer quando manifestamente improcedente, sob pena de usurpação da competência do Tribunal do Júri, juiz natural para julgar os crimes dolosos contra a vida.

2. No caso, as instâncias ordinárias afirmaram que há elementos probatórios a indicar que o crime foi cometido por motivo fútil, pois decorrente de desavenças relacionadas hipoteticamente a prejuízos na lavoura do réu causados por semoventes da vítima.

3. Assim, uma vez consignada pelas instâncias ordinárias a presença da qualificadora prevista no inciso II, do § 2º, do art. 121, a providência mais acertada é a manutenção do acórdão impugnado, de forma que seja tal questão avaliada pelo Tribunal do Júri, sob pena de usurpação de sua competência.

4. Acrescente-se aqui que a exclusão da qualificadora exigiria desta Corte Superior de Justiça, necessariamente, o esmerilamento de todo o conjunto probatório e fático, o que é, terminantemente, vedado pelo óbice da Súmula n. 7.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1411692/TO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 09/04/2019)

E ainda:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. PRONÚNCIA. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. EMISSÃO DE JUÍZO DE VALOR PELO TRIBUNAL A QUO. COMPETÊNCIA. CONSELHO DE SENTENÇA. DISCUSSÃO ANTERIOR NÃO AFASTA O MOTIVO FÚTIL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica quanto ao entendimento de que não é possível afastar uma qualificadora por mera opção hermenêutica, de modo que o julgador somente pode retirar da pronúncia a qualificadora que objetivamente não exista, mas não a que subjetivamente considera não existir. Em outros termos, não se pode subtrair da apreciação do Conselho de Sentença - juízo natural da causa - uma circunstância que, em análise objetiva, ao menos em tese e ante as evidências dos autos, tenha ocorrido.

Superior Tribunal de Justiça

2. Na situação posta sob exame, por simples leitura do excerto do acórdão recorrido, é possível constatar que, para afastar a incidência da qualificadora, a Corte estadual invadiu a competência constitucional do Tribunal do Júri, pois emitiu juízo de valor a respeito da ausência de banalidade no motivo do delito.

3. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça tem assentado que a existência de discussão anterior ao cometimento do delito, entre vítima e acusado, por si só, não é suficiente para, de imediato, retirar da competência Tribunal Popular a decisão acerca do conhecimento do motivo fútil ao caso concreto.

4. Agravo regimental não provido.

(AgInt no REsp 1737292/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 25/09/2018)

Dessarte, constata-se que o Tribunal local, ao decidir pelo afastamento da qualificadora do motivo fútil, que não se apresentou absolutamente improcedente, dissentiu da jurisprudência desta Corte Superior sobre o tema.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 255, § 4º, inciso III, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **dá-se provimento ao recurso especial** para restabelecer a sentença de pronúncia.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Relator